



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições e os procedimentos que regerão a **contratação de empresa (s) para fornecimento parcelado de ágás liquefeito de petróleo - GLP**, acondicionado em botijões de 13kg, para atender às necessidades das copas / cozinhas/ refeitórios dos imóveis da Justiça Eleitoral na Capital e no Interior do Estado.

1.2. Os fornecimentos previstos a serem executados durante a vigência da contratação estão indicados no Capítulo 3 deste documento.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria TRE/MS nº 131/2023.

1.4. Os materiais objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do termo de contrato, prorrogável na forma da Lei.

1.5.1. Os fornecimentos objeto da presente contratação são classificados como continuados, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei 14.133/2021, por serem destinados ao atendimento de necessidade permanente do TRE/MS.

1.5.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5.3. Por se tratar de contratação com quantitativo estimado, o saldo contratual, porventura existente no final da vigência do contrato, ficará automaticamente decrescido do valor da contratação, nos termos do artigo 124, I, b, c/c 125 e 126, todos da Lei 14.133/2021, **estando o contratante autorizado a efetivar a devida correção no saldo de empenho.**

1.6. Em caso de divergência entre a descrição do material indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da presente contratação e de seu quantitativo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Preliminares, **Anexo I-A** deste Termo de Referência.

2.2. O fornecimento de gás liquefeito de petróleo - GLP, acondicionado em botijões de 13kg, objetiva garantir o funcionamento dos fogões que guarnecem as copas / cozinhas / refeitórios dos imóveis da Justiça Eleitoral na Capital e no Interior do Estado..

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. A solução adotada para a satisfação da necessidade administrativa é a contratação de empresa (s) para fornecimento parcelado de ágás liquefeito de petróleo - GLP, acondicionado em botijões de 13kg, para atender às necessidades das copas / cozinhas/ refeitórios dos imóveis da Justiça Eleitoral na Capital e no Interior do Estado.

3.2. Os quantitativos estimados previstos a serem fornecidos em cada localidade durante a exercício de 2024 estão indicados no quadro seguinte:

Item	Município a ser atendido	Quantidade estimada de botijões a ser consumida em 2024	Preço máximo unitário (R\$)	Preço máximo total (R\$)	Intervalo mínimo entre lances sobre o valor unitário
1	Campo Grande	125	126,50	15.812,50	0,05
2	Amambai	2	132,00	264,00	0,05
3	Naviraí	2	126,50	253,00	0,05
4	Cassilândia	2	126,50	253,00	0,05
5	Fátima do Sul	2	132,00	264,00	0,05
6	Nova Andradina	2	105,60	211,20	0,05
7	Bataguassu	2	137,50	275,00	0,05
8	Corumbá	4	129,24	516,98	0,05
9	Três Lagoas	6	129,25	775,50	0,05
10	Aquidauana	3	126,50	379,50	0,05
11	Rio Brilhante	2	121,00	242,00	0,05
12	Coxim	2	144,00	288,00	0,05
13	Paranaíba	3	126,50	379,50	0,05
14	Camapuã	3	148,50	445,50	0,05
15	Miranda	2	150,00	300,00	0,05
16	Maracaju	2	132,00	264,00	0,05
17	Bela Vista	6	121,00	726,00	0,05
18	Dourados	8	135,30	1.082,40	0,05
19	Ponta Porã	8	125,40	1.003,20	0,05
20	Porto Murtinho	2	163,02	326,04	0,05
21	Rio Verde de Mato Grosso	2	150,00	300,00	0,05
22	Jardim	3	135,30	405,90	0,05
23	Água Clara	2	132,00	264,00	0,05
24	Aparecida do Taboado	2	137,50	275,00	0,05
25	Eldorado	2	132,00	264,00	0,05
26	Sonora	3	124,28	372,83	0,05
27	Ivinhema	2	105,60	211,20	0,05
28	Caarapó	2	106,68	213,36	0,05
29	Bonito	2	148,50	297,00	0,05
30	Sidrolândia	2	143,88	287,76	0,05

31	Ribas do Rio Pardo	2	132,00	264,00	0,05
32	Mundo Novo	2	126,00	252,00	0,05
33	Bandeirantes	2	144,00	288,00	0,05
34	Costa Rica	4	143,00	572,00	0,05
35	Deodápolis	2	121,00	242,00	0,05
36	São Gabriel do Oeste	2	132,00	264,00	0,05
37	Brasilândia	2	137,50	275,00	0,05
38	Nioaque	2	138,00	276,00	0,05
39	Chapadão do Sul	2	143,00	286,00	0,05
40	Anastácio	3	132,00	396,00	0,05

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa deverá comprovar Regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho (CNDT).

4.2. Além disso, a empresa deverá comprovar estar autorizada para fornecimento do material objeto desta contratação, devendo apresentar **Certificado de Autorização de Posto Revendedor de GLP, emitido pela ANP - Agência Nacional de Petróleo, conforme Resolução ANP nº 51, de 30/11/2016 e suas alterações posteriores.**

4.3. O fornecimento de gás liquefeito de petróleo - GLP será feito mediante troca / reposição de botijões.

SERVIÇOS CONTINUADOS

4.4. Tendo em vista que a gás liquefeito de petróleo - GLP a ser adquirido se destina ao funcionamento das copas / cozinhas / refeitórios dos imóveis da Justiça Eleitoral de MS, tem-se que essa aquisição é uma necessidade permanente do órgão.

4.5. Diante disso, com a entrada em vigor da Lei nº 14.133/2021, é possível enquadrar os fornecimentos como continuados com base no disposto no inciso XV, art. 6º da citada lei:

Art. 6º

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas; *(grifos nossos)*

CONTRATO ESTIMATIVO

4.6. Considerando o disposto nas cláusulas 4.4 e 4.5 acima, será (ão) firmado (s) contrato (s) estimativo (s) com a (s) empresa (s) vencedora (s) do certame, que poderá (ão) ser prorrogado (s) nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021. As quantidades de materiais indicadas na cláusula 3.2 correspondem às demandas do TRE/MS estimadas para o período de 12 (doze) meses, não estando vinculado à utilização de quantitativo mínimo dos materiais contratados.

CONSÓRCIO

4.7. Tendo em vista o valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e o

ramo de mercado a atender a demanda, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

INDICAÇÃO DE MARCA/MODELO

4.8. Não se aplica.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.9. Não haverá exigência de garantia dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

SUBCONTRATAÇÃO

4.10. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

AMOSTRA

4.11. Não haverá exigência de apresentação de amostra.

SUSTENTABILIDADE

4.12. Quanto aos critérios de sustentabilidade, para esta contratação foi previsto o seguinte:

4.12.1. Critério Social:

a) a licitação será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

b) é vedado à empresa possuir em seu quadro de funcionários, empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

4.12.1.1. Cumpre registrar que os critérios sociais indicados nas alíneas "a" e "b", já são utilizados por este Tribunal por força da Lei Complementar nº 123/2006 e da Constituição Federal.²⁰

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução dos fornecimentos objeto desta contratação deverá ser realizada com observância das condições fixadas neste instrumento, seus anexos e no Termo de Contrato.

5.2. Havendo necessidade de gás liquefeito de petróleo - GLP, a Fiscalização fará a solicitação mediante Requisição de Fornecedor, indicando em sua descrição, quantidade a ser entregue em cada local e o preço contratado.

5.2.1. Caberá à Fiscalização a definição do modelo de requisição a ser adotado, bem como da forma de seu envio a empresa fornecedora (por. ex.: em mãos, correio-eletrônico).

5.3. A empresa fornecedora deverá entregar o material requisitado **no prazo máximo de 1 (um) dia útil**, contado a partir do recebimento da requisição.

5.4. A entrega do material deverá ocorrer no horário de 12h e 30min às 17h e 30min, de segunda a sexta-feira (exceto feriados), não sendo admitida a entrega fora desse horário, salvo se solicitada / autorizada pela Fiscalização a entrega em horário diverso do mencionado.

5.5. As localidades a serem atendidas, os endereços dos locais de entrega e as quantidades estimadas a serem consumidas constam do quadro abaixo:

Item	Unidade	Cidade	Endereço	Quantidade de botijões de 13kg de GLP prevista a ser consumido em 2024
1	Prédio sede	Campo Grande	I) Prédio sede, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, nº 23 - Jardim Veraneio (Parque dos Poderes);	125
	Fórum Eleitoral de Campo Grande		II) Fórum Eleitoral de Campo Grande, sito na Rua Delegado José Alfredo Hardmann, nº 180 - Jardim Veraneio (Parque dos Poderes);	
	Anexo (Almoxarifado, Arquivo Central e Depósito de Urnas)		III) Anexo, sito na Rua Delegado José Alfredo Hardmann, nº 184 - Jardim Veraneio (Parque dos Poderes).	
2	01ª Zona Eleitoral	Amambai	Rua Antônio Martins Dutra, n.º 1521 - Centro - Amambai/MS	2
3	02ª Zona Eleitoral	Naviraí	Avenida Iguatemi, n.º 159 - Centro - Naviraí/MS	2
4	03ª Zona Eleitoral	Cassilândia	Rua Olímpio Dias dos Santos, n.º 454 - Vila Izanópolis - Cassilândia/MS	2
5	04ª Zona Eleitoral	Fátima do Sul	Rua Ipiranga, n.º 841 - Jardim Primavera - Fátima do Sul/MS	2
6	05ª Zona Eleitoral	Nova Andradina	Rua Walter Hubacher, n.º 1220 - Centro - Nova Andradina/MS	2
7	06ª Zona Eleitoral	Bataguassu	Rua Odorilho Ferreira, n.º 135 - Centro - Bataguassu/MS	2
8	07ª e 50ª Zonas Eleitorais	Corumbá	Rua Duque de Caxias, n.º 45 - Nossa Senhora de Fátima - Corumbá/MS	4
9	09ª e 51ª Zonas Eleitorais	Três Lagoas	Rua Alfredo Justino, n.º 1100 - Centro - Três Lagoas/MS	6
10	10ª Zona Eleitoral	Aquidauana	Rua Nilza Ferraz Ribeiro, n.º 400 - Cidade Nova - Aquidauana/MS	3
11	11ª Zona Eleitoral	Rio Brilhante	Rua Rio Brilhante, n.º 1114 - Vila Maria - Rio Brilhante/MS	2

12	12ª Zona Eleitoral	Coxim	Rua General Mendes de Moraes, n.º 86 - Jardim Aeroporto - Coxim/MS	2
13	13ª Zona Eleitoral	Paranaíba	Rua José Robalinho da Silva, n.º 235 - Jardim Santa Mônica - Paranaíba/MS	3
14	14ª Zona Eleitoral	Camapuã	Rua João da Mota, n.º 461 - Vila Diamantina - Camapuã/MS	3
15	15ª Zona Eleitoral	Miranda	Rua 7 de Setembro, n.º 861 - Centro - Miranda/MS	2
16	16ª Zona Eleitoral	Maracaju	Rua Appa, n.º 101 - Centro - Maracajú/MS	2
17	17ª Zona Eleitoral	Bela Vista	Rua São Geraldo, n.º 65 - Centro - Bela Vista/MS	6
18	18ª e 43ª Zonas Eleitorais	Dourados	Rua Montese, n.º 435 - Jardim Londrina - Dourados/MS	8
19	19ª e 52ª Zonas Eleitorais	Ponta Porã	Rua Baltazar Saldanha, n.º 1591 - Jardim Ipanema - Ponta Porã/MS	8
20	20ª Zona Eleitoral	Porto Murtinho	Rua Coronel Ponce - n.º 439 - Centro - Porto Murtinho/MS;	2
21	21ª Zona Eleitoral	Rio Verde de Mato Grosso	Rua Marechal Rondon, n.º 248 - Nhecolândia - Rio Verde de Mato Grosso/MS	2
22	22ª Zona Eleitoral	Jardim	Rua Ten. Ernani Gusmão, n.º 261 - Centro - Jardim/MS	3
23	23ª Zona Eleitoral	Água Clara	Rua Harrison Correia, n.º 20 - Centro - Água Clara/MS	2
24	24ª Zona Eleitoral	Aparecida do Taboado	Rua Mato Grosso do Sul, n.º 3881 - Jardim Brandini II - Aparecida do Taboado/MS	2
25	25ª Zona Eleitoral	Eldorado	Rua São Paulo, n.º 610 - Jardim das Grevíleas - Eldorado/MS	2
26	26ª Zona Eleitoral	Sonora	Avenida Edson Aparecido Fernandes Campos, n.º 493 - Sonora/MS	3
27	27ª Zona Eleitoral	Ivinhema	Rua Francisco Pieretti, n.º 211 - Guiray - Ivinhema/MS	2

28	28ª Zona Eleitoral	Caarapó	Avenida Dom Pedro II, n.º 212 - Centro - Caarapó/MS	2
29	30ª Zona Eleitoral	Bonito	Rua Olívio Marques, n.º 849 - Vila Donária - Bonito/MS	2
30	31ª Zona Eleitoral	Sidrolândia	Rua Minas Gerais, n.º 1346 - Centro - Sidrolândia/MS	2
31	32ª Zona Eleitoral	Ribas do Rio Pardo	Avenida Nelson Lyrio, n.º 2354 - Centro - Ribas do Rio Pardo/MS	2
32	33ª Zona Eleitoral	Mundo Novo	Rua Tupinambá, n.º 69 - Centro - Mundo Novo/MS	2
33	34ª Zona Eleitoral	Bandeirantes	Rua Arthur Bernardes, n.º 4032 - Centro - Bandeirantes/MS;	2
34	38ª Zona Eleitoral	Costa Rica	Rua José Pereira da Silva, n.º 373 - Bairro Santos Dumont - Costa Rica/MS	4
35	39ª Zona Eleitoral	Deodápolis	Avenida Genário da Costa Matos, n.º 730 - Centro - Deodápolis/MS	2
36	40ª Zona Eleitoral	São Gabriel do Oeste	Rua São Paulo, n.º 2305 - Centro - São Gabriel do Oeste/MS	2
37	41ª Zona Eleitoral	Brasilândia	Rua Bartolomeu Viana Cavalcante, n.º 183 - Jardim Camargo - Brasilândia/MS	2
38	45ª Zona Eleitoral	Nioaque	Rua Primeiro de Março, n.º 167 - Centro - Nioaque/MS	2
39	48ª Zona Eleitoral	Chapadão do Sul	Avenida Mato Grosso do Sul, n.º 395 - Parque União - Chapadão do Sul/MS	2
40	49ª Zona Eleitoral	Anastácio	Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 1495 - Centro - Anastácio/MS	3
			TOTAIS	
			CAPITAL	125
			INTERIOR	108
			TOTAL	233

5.5.1. Durante a vigência do contrato poderá ocorrer inclusão de imóvel a ser atendido, ou alteração dos endereços indicados acima, o que será comunicado formalmente pela Fiscalização à empresa fornecedora.

5.6. A quantidade a ser fornecida a cada requisição dependerá do efetivo consumo e da quantidade de botijões disponíveis para troca / reposição em cada local de

entrega.

5.7. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao solicitante solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

5.8. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo contratante na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se a empresa da decisão proferida.

5.9. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos ao fornecimento dos materiais ficarão a cargo de servidora (s) / servidor (es) pertencente (s) ao quadro deste Tribunal, a (s) / o (s) qual (is) será (ão) formalmente designada (s) / o (s) pela Administração.

6.3.1. O contato entre o TRE/MS e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

6.4. Para fins desta contratação, considerando a previsão de entrega de materiais em locais distintos e a inviabilidade de que apenas uma servidora / um servidor realize a fiscalização em todos os locais, e objetivando a correta execução das atividades de fiscalização, serão designados:

- a) 1 fiscal central titular e 2 substitutas (os), dentre servidoras (es) lotadas (os) na Seção de Serviços Administrativos da Coordenadoria de Serviços Gerais; e,
- b) 1 fiscal local titular e 1 substituta (o), dentre servidoras (es) lotadas (os) em cada imóvel do Interior do Estado;

6.5. Ao fiscal central competirá a fiscalização local em relação aos imóveis de Campo Grande, e a supervisão da contratação em relação aos demais imóveis, cabendo-lhe, além das atribuições indicadas nas cláusulas 6.7 e 6.8, a orientação aos fiscais locais quanto aos procedimentos que deverão realizar.

6.6. A (o) fiscal local atuará como apoio à fiscalização central, competindo-lhe as atribuições previstas na cláusula 6.7, no que couber, e na cláusula 6.8, alíneas 'a' a 'f', e, conforme o caso, na alínea 'g' em relação aos materiais entregues no seu local de lotação, cabendo-lhe observar as orientações do fiscal central e repassar a este todas as informações pertinentes a essas atribuições, bem como outras relacionadas à execução do objeto desta contratação.

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela (s) / o (s) fiscal (is) do contrato, ou pela (s) / o (s) respectiva (s) / o (s) substituta (s) / o (s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), cabendo:

- a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as

condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

c) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, a (o) fiscal comunicará o fato imediatamente à gestora / ao gestor do contrato ou autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

f) Comunicar à gestora / ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#));

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#));

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência da (o) fiscal; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#));

i) manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#));

j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pela (o) agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#));

6.8. Compete ainda à Fiscalização:

a) controlar os estoques dos materiais objeto desta contratação, de modo a proceder à requisição em tempo hábil e evitar desabastecimento;

b) requisitar o fornecimento de material, observados os procedimentos mencionados neste instrumento, dentre outras condições pertinentes;

c) efetuar os recebimentos provisório e definitivo, realizando as devidas verificações;

d) verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e no Termo de Contrato, solicitando, se couber, a imediata correção por parte da contratada;

e) exercer, em nome do TRE/MS, toda e qualquer ação de orientação geral,

decidir sobre questões técnicas e burocráticas da contratação, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada;

f) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem aplicação de penalidades previstas;

g) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

h) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

6.9. As atribuições e os procedimentos de fiscalização serão fixados na Portaria de designação da fiscalização e/ou em normativo interno.

6.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Considerando que o fornecimento dos materiais objeto desta contratação se dará de forma parcelada, revestindo-se, desse modo, com determinadas características típicas da prestação de serviços, aplicar-se-á, por extensão, o disposto na Resolução n. 23.234/2010-TSE e IN 05/2017, ficando previsto o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, nos termos do Anexo III, que será parte componente do contrato (ou documento que o substituir) a ser celebrado com a empresa vencedora.

7.2. O Instrumento de Medição de Resultado visa estabelecer critérios de aferição de resultados da contratação, definindo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

7.3. A contratada deverá indicar endereço de correio eletrônico para fins de recebimento de comunicações relativas aos registros feitos pela fiscalização quanto ao Instrumento de Medição de Resultado - IMR.

7.3.1. É de responsabilidade da contratada a manutenção do endereço de correio eletrônico indicado, considerando-se como lida a mensagem a partir do dia útil imediatamente posterior ao envio.

7.4. Durante contratação poderão ser registradas novas situações/ocorrências que devam ser objeto de avaliação, cientificando-se a contratada da inclusão feita no IMR.

7.5. Os recebimentos provisórios e definitivos dos materiais ficarão a cargo da Fiscalização do TRE/MS, conforme descrito a seguir.

7.6. O **recebimento provisório** dos materiais será efetuado no momento da entrega, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem sua correta identificação;

b) condições da embalagem e/ou do material;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal/comprovante de entrega, com identificação do fornecedor e do comprador, descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total;

d.1) a emissão do documento fiscal para fins de pagamento será realizada periodicamente consoante o disposto nas condições de pagamento;

7.7. Atendidas as condições indicadas acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

7.8. Caso se constate alguma inconformidade, que seja sanável, o registro do recebimento provisório deverá ser feito com a pertinente ressalva.

7.9. Em caso de ser constatada inconformidade que não seja sanável (ex.: entrega de material incompatível com o adquirido), será procedida a recusa de recebimento provisório.

7.10. Na hipótese indicada na cláusula 7.7, a contagem do prazo de entrega será suspensa e a data do recebimento provisório será considerada como termo final para fins de aferição do cumprimento do prazo de entrega pela empresa fornecedora, salvo o disposto na cláusula 7.14.1.

7.11. Nas hipóteses das cláusulas 7.8 e 7.9, terá prosseguimento a contagem do prazo de entrega.

7.12. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento provisório ou definitivo do material.

7.13. O **recebimento definitivo** deverá ser efetuado em até 2 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

a) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

b) conformidade do documento fiscal/comprovante de entrega apresentado.

7.13.1. Constatado que o material entregue atende ao exigido, será registrado o recebimento definitivo mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

7.14. Verificada alguma falha no fornecimento do material, seja por ocasião do recebimento provisório ou do definitivo, será feito o registro formal e comunicado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção.

7.14.1. Na ocorrência do disposto na cláusula 7.14, terá continuidade a contagem do prazo de entrega, a partir da data em que a empresa fornecedora for comunicada.

7.15. Em caso de ocorrência de falha de execução prevista no Instrumento de Medição de Resultado - IMR, a Fiscalização fará o registro no referido documento, para fins de apuração de eventuais descontos no valor a ser pago à contratada.

7.16. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

7.17. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada de material que seja considerado de baixa qualidade, e/ou cujas características se mostrem diversas das exigidas neste Termo de Referência.

7.18. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

7.18.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

Pagamento

7.19. Os pagamentos serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, com base no IMR - Instrumento de Medição de Resultado, que tem por finalidade aferir os resultados produzidos na execução do fornecimento, por meio da verificação da adequação de prazos, dentre outros fatores previstos e demais exigências deste Termo de Referência.

7.20. Considerando que os materiais objeto desta contratação têm previsão de serem adquiridos de forma esparsa, e que seus valores unitários são de pequena monta, fica fixado que a emissão de nota fiscal para fins de pagamento será feita:

a) Campo Grande: mensalmente, e não a cada fornecimento, compreendendo os materiais fornecidos no período, que deverão ser discriminados no documento fiscal, permitindo-se a agregação em consonância com os itens desta contratação;

b) Interior do Estado: a cada fornecimento.

Emissão da nota fiscal

7.21. O pagamento dos materiais efetivamente fornecidos será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal ou Fatura pela Contratada, em conformidade com a legislação tributária, acompanhada das comprovações relativas à regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante apresentação dos documentos de regularidade exigidos na lei de licitações.

7.22. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material fornecido, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

7.23. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.24. Para fins de emissão da nota fiscal deverá ser observado o seguinte procedimento:

a) a Fiscalização do contrato providenciará o atesto dos materiais efetivamente fornecidos, compreendendo, dentre outras atribuições, o fechamento do(s) IMR do período de referência, no prazo de até 3 (três) dias úteis posteriores ao encerramento do período de referência (mês), e comunicará à empresa, via correio-eletrônico, o valor que será pago pelos fornecimentos e que deverá constar da Nota Fiscal/Fatura;

b) a empresa contratada deverá providenciar a emissão da Nota Fiscal/Fatura e a sua apresentação à Fiscalização em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação do valor dos fornecimentos, encaminhando juntamente com a Nota Fiscal/Fatura toda a documentação complementar exigida conforme cláusula 3 acima;

Pagamento da nota fiscal

7.25. O pagamento será feito pelo Contratante em moeda corrente nacional,

mediante Ordem Bancária em conta corrente indicada pela Contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, e ocorrerá em até 9 (nove) dias úteis após a data de apresentação da nota fiscal à Fiscalização.

7.26. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:

- a) a Fiscalização fará a análise da Nota Fiscal/Fatura e das informações nela constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela empresa contratada, e, após, fará o encaminhamento à Seção de Finanças da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade para efetivação do pagamento à contratada;
- b) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da documentação proveniente da fiscalização;

7.27. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de ausência de informação e/ou documento complementar, ou em que haja necessidade de correção e/ou complemento de informação constante da nota fiscal/fatura, bem como qualquer outro motivo cuja responsabilidade seja atribuível à contratada, passando a ser contado novamente somente após a efetiva regularização.

7.28. Serão retidas na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, as alíquotas dos seguintes impostos:

- a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, se este for devido.

7.29. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO EXECUTOR DOS SERVIÇOS

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O (s) executor (es) dos fornecimentos (contratada (s)) será (ão) selecionado (s) por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por ITEM.

8.1.1. A empresa interessada poderá ofertar preço para tantos itens quanto tenha capacidade e/ou interesse em fornecer.

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

8.3. A análise das propostas será realizada por servidora (s) / servidor (es) do TRE/MS, designada (s/o(s)) e visa à verificação da conformidade dos materiais ofertados pelas proponentes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

8.4. A empresa interessada em oferecer proposta de preços para o (s) fornecimento (s) previsto (s) neste Termo de Referência deverá efetuar o levantamento de todos os custos concernentes, visando à formação dos preços a serem ofertados.

8.4.1. É de responsabilidade de cada empresa a metodologia empregada para o levantamento de custos e a formação de seus preços.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

e) Certificado de Autorização de Posto Revendedor de GLP, emitido pela ANP - Agência Nacional de Petróleo, conforme Resolução ANP nº 51, de 30/11/2016 e suas alterações posteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Para a estimativa dos valores da contratação foram considerados os valores praticados em contratações anteriores do TRE/MS e em contratações similares realizadas por outros órgãos públicos.

9.2. Os preços máximos admitidos pelo Tribunal constam do quadro da cláusula 3.2.

9.2.1. O preço ofertado na proposta da empresa interessada para o item da contratação deverá respeitar o valor unitário máximo indicado no quadro da cláusula 3.2, sob pena de desclassificação da proposta.

9.3. Para fins de reserva orçamentária, a despesa total estimada com a presente contratação é de **R\$ 30.067,37 (trinta mil sessenta e sete reais e trinta e sete centavos).**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

a) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;

- b) Fonte de Recursos: **20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa**;
- c) Programa de Trabalho: **02.122.0033.20GP.0054**;
- d) Elemento de Despesa: 3390.30.04;
- e) Plano Interno: ADM MATAUX.

11. CAPÍTULO IX - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Termo de Contrato Administrativo.

12. DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

12.1. São direitos e/ou deveres do Contratante:

- a) Requerer da contratada o fornecimento de materiais objeto desta contratação, em conformidade com as disposições deste Termo de Referência e do Contrato;
- b) Exercer a fiscalização dos fornecimentos, na forma prevista na legislação aplicável;
- c) Registrar as ocorrências relacionadas com a execução dos fornecimentos contratados, determinando o que julgar necessário à regularização das faltas e defeitos observados;
- d) Comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos fornecimentos contratados;
- e) Aplicar à contratada penalidades por descumprimento deste Termo de Referência e de cláusulas contratuais;
- f) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- g) Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas para a presente contratação;
- h) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e no contrato;

13. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

13.1. São obrigações e/ou direitos da contratada:

- a) Realizar o fornecimento dos materiais decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, no Termo de Referência (Anexo I) e no Termo de Contrato (Minuta - Anexo II);
- b) Atender às solicitações, esclarecimentos e determinações da Fiscalização, feitas por Ordens de Serviços, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;
- c) Fornecer todas as informações e elementos necessários à consecução das atividades da fiscalização, bem como à percepção pelo TRE/MS dos resultados esperados com a execução dos fornecimentos;
- d) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à execução do contrato, sendo de inteira responsabilidade da contratada a estrutura (pessoal, equipamentos, etc.) necessária à perfeita

execução dos fornecimentos;

e) Providenciar a correção das deficiências apontadas por este TRE/MS quanto à execução contratual, especificamente quanto aos fornecimentos sobre a responsabilidade da contratada;

f) Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação;

g) A contratada fica, nos termos da Lei 14.133/2021, obrigada a aceitar os acréscimos de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários;

h) Receber os valores que lhe forem devidos pela execução contratual, na forma disposta no Termo de Referência e na Minuta do Contrato;

i) Responder civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais;

j) Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);

k) Dar plena ciência do disposto na Resolução 176/2023, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;

l) Dar conhecimento, às funcionárias / aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

m) Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

Campo Grande, MS, na data da assinatura eletrônica.

JOSY ALINE DE OLIVEIRA SILVA

Integrante Demandante

ÉRIKA MURACKAMI DUARTE DA ROSA

Integrante Administrativo

LUÍS MACIEL MALVES DA SILVA

Unidade Gestora



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO, Chefe de Seção**, em 16/01/2024, às 14:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSY ALINE DE OLIVEIRA SILVA, Técnico Judiciário**, em 15/02/2024, às 13:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUÍS MACIEL MALVES DA SILVA**, **Coordenador(a)**, em 15/02/2024, às 13:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1559973** e o código CRC **F81EEE1E**.



0004359-07.2023.6.12.8000

1559973v15